



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ESTUDO DOS PARECERES DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS DAS COMPANHIAS ABERTAS DO SETOR DO  
COMÉRCIO LISTADAS NA BM&FBOVESPA.**

**SOUSA – PB**

**2017**

**GUILHERME ALVES PEREIRA**

**ESTUDO DOS PARECERES DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS DAS COMPANHIAS ABERTAS DO SETOR DO  
COMÉRCIO LISTADAS NA BM&FBOVESPA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Coordenação do curso de Ciências Contábeis da  
Universidade Federal de Campina Grande, como  
requisito para obtenção do título de Bacharel em  
Ciências Contábeis.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. M. Sc. Cristiane Queiroz Reis

**SOUSA – PB**

**2017**

## **DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, Intitulado: **“ESTUDO DOS PARECERES DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS COMPANHIAS ABERTAS DO SETOR DO COMÉRCIO LISTADAS NA BM&FBOVESPA”**, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam a Instituição, o Orientador, e os demais Membros da Banca Examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

**Guilherme Alves Pereira**

**GUILHERME ALVES PEREIRA**

**ESTUDO DOS PARECERES DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS DAS COMPANHIAS ABERTAS DO SETOR DO  
COMÉRCIO LISTAS NA BM&FBOVESPA.**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada na forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PB, Campus Sousa.

Monografia aprovada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. M. Sc. Cristiane Queiroz Reis – Orientadora.  
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

---

Prof. Gianinni Martins Pereira Cirne  
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

---

Prof. Francisco Daênio Casimiro  
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

SOUSA – PB 15/08/2017.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitário, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer

A minha orientadora, professora Cristiane Queiroz Reis, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Agradeço a todos os professores por me proporcionarem o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. A palavra mestre, nunca fará justiça aos professores dedicados aos quais sem nominar terão os meus eternos agradecimentos.

A esta universidade e todo seu corpo docente, além da direção e a administração, que realizam seu trabalho com tanto amor e dedicação, trabalhando incansavelmente para que nós, alunos, pudéssemos sempre contar com um ensino de extrema qualidade, com profissionais qualificados que disponibilizaram para nos ensinar.

Agradeço a minha noiva Ravena Fernandes Ramalho, que sempre insistiu e me deu apoio para não desistir diante das dificuldades que encontrei pelo caminho.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional, e que não mediram esforços para que eu pudesse levar meus estudos adiante.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

## DEDICATÓRIA

Primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, pois sem Ele eu não teria forças para essa longa jornada, Meu guia, que iluminou o meu caminho durante esta caminhada.

A minha noiva, Ravena que me ajudou e me apoio durante esta longa jornada até este momento importante.

A minha mãe Maria do Socorro e meu pai Antônio, que sempre me deram apoio nos estudos, porque sei que sem o esforço deles eu não teria chegado até aqui.

A todos os professores que me deram todo o conhecimento necessário para que eu cruzasse todas essas etapas, pois sem o ensinamento deles, eu nunca teria conquistado tudo que consegui.

## RESUMO

O trabalho em questão teve como objetivo analisar se os pareceres de auditoria independentes das demonstrações contábeis das empresas listadas na BM&FBOVESPA do Setor de Comércio são apresentados de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, nos seus aspectos formal e informacional no exercício de 2016. A metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa foi a bibliográfica, documental com uma abordagem quanti-qualitativa. Com relação as análises feitas nos pareceres de auditoria das demonstrações contábeis das empresas envolvidas, observou-se que os mesmos estão em pleno acordo com as normas vigentes em que foram emitidos. Foram verificados também pontos como localização, empresa que realizou a auditoria, expressões utilizadas, tipos de parecer, entre outros. Observou-se que a maior concentração de mercado nas empresas de auditoria independente se encontra no grupo Big Four, que estiveram presentes em 65% das auditorias realizadas nas empresas envolvidas na pesquisa. Nos pareceres emitidos, expressões que fazem parte do padrão da NBC T 11, não chegaram a serem utilizadas, porém, não influenciaram a idéia central exposta. Ao fim, conclui-se que os pareceres mostraram-se satisfatórios nos seus aspectos formal e informacional, porém com alguns pontos a serem analisados para pesquisas posteriores.

**Palavras-chave: Companhias Abertas, demonstrações contábeis, parecer de auditoria.**

## **ABSTRACT**

This work had as objective to analyze if the independent audit opinions of the accounting statements, of the companies listed in the BM&FBOVESPA, from the Trade Sector, are presented according with the Brazilian accounting standards, in their formal and informational aspects, in the 2016 financial year. The methodology used for the development of this research was the bibliographic, documental with a quantitative-qualitative approach. With regard to analyzes carried out in the audit opinions of the accounting statements of the companies involved, it was observed these documents are in full agreement with the current regulations in that they were issued. It was verified also points such as localization, company that realized the audit, expressions used, kinds of opinion, among others. It was observed that highest concentration of market in the independent audit companies is in the Big Four group, that were present in 65% of opinions realized in the companies involved in this research. In the opinions issued, expressions that are part of NBC T 11 were not used, but this did not influence the main idea exposed. To the end, it is concluded that opinions were satisfactory in their formal and informational aspects, however, with some points to be analyzed for next researches.

**Keywords:** Open companies, accounting statements, audit opinion.



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Localização das Empresas por Região do País

Tabela 2 – Setor Econômico Bovespa

Tabela 3 – Empresa de Auditoria responsável pelo parecer

Tabela 4 – Tipo de Parecer apresentado pela empresa de Auditoria Independente

Tabela 5 – Expressão Utilizada na Representação da posição patrimonial e financeira das  
Demonstrações Contábeis

Tabela 6 – Condução dos teste de auditoria

Tabela 7 – Menção sobre a posição patrimonial e financeira

Tabela 8 – Existência de Parágrafo de Ênfase

Tabela 9 – Origem do Parágrafo de Ênfase

Tabela 10 – Menção ao Ano anterior ter sido auditado por outra empresa

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Tipos de Parecer

Quadro 2 – Empresas do Setor de Comércio

Quadro 3 – Empresas do Setor de Comércio listadas na BM&FBOVESPA.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

NBC T 11	Normas Brasileiras de Contabilidade e Técnicas de Auditoria
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
IFRS	International Financial Reporting Standards (Normas Internacionais de Relatório Financeiro)
IASB	International Accounting Standards Board
PIB	Produto Interno Bruto
IBRACON	Instituto Brasileiro de Contadores
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
SUSPEP	Superintendência de Seguros Privados

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1	Objetivos .....	15
<b>1.1.1</b>	<b><i>Objetivo Geral .....</i></b>	<b>15</b>
<b>1.1.2</b>	<b><i>Objetivos Específicos .....</i></b>	<b>15</b>
1.2	Justificativa .....	15
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>17</b>
2.1	Conceito de Auditoria .....	17
2.2	A Auditoria Independente das demonstrações contábeis.....	18
2.3	Os Procedimentos da Auditoria independente .....	19
2.4	Parecer de Auditoria Independente .....	20
2.5	Estudos Anteriores .....	23
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>26</b>
3.1	Classificação da pesquisa.....	26
3.2	Universo e Amostra da Pesquisa.....	26
3.3	Procedimentos de coleta e interpretação de dados.....	28
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>30</b>
4.1	Características das Empresas Pesquisadas.....	30
<b>4.1.1</b>	<b><i>Localização das Empresas por Região do País .....</i></b>	<b>30</b>
<b>4.1.2</b>	<b><i>Setor Econômico Bovespa .....</i></b>	<b>31</b>
4.2	Aspecto Formal dos Pareceres de Auditoria .....	32
<b>4.2.1</b>	<b><i>Empresa de Auditoria responsável pelo parecer .....</i></b>	<b>33</b>
<b>4.2.2</b>	<b><i>Tipo de Parecer.....</i></b>	<b>34</b>
4.3	Aspectos Informativos dos Pareceres de Auditoria.....	34
<b>4.3.1</b>	<b><i>Das Demonstrações Contábeis.....</i></b>	<b>35</b>

<i>4.3.2 Dos testes aplicados pelos auditores .....</i>	<i>36</i>
<i>4.3.3 Da posição patrimonial e financeira .....</i>	<i>36</i>
<i>4.3.4 Existência do parágrafo de ênfase.....</i>	<i>37</i>
<i>4.3.5 Menção referente a auditoria do ano anterior .....</i>	<i>38</i>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>41</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A contabilidade brasileira nos últimos anos passou por diversas transformações, principalmente em suas legislações, com o processo de harmonização das normas contábeis brasileiras a um padrão mundial. Com a aprovação da Lei Nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e posteriormente a aprovação da Lei 11.941/09, onde ambas trouxeram significativas alterações na Lei nº 6.404/76, Lei das Sociedades Anônimas. Essas mudanças fizeram com que os auditores independentes, se adequassem a um novo contexto na hora de interpretar os dados coletados nas companhias investigadas, fazendo com o que os mesmos aprimorem os procedimentos utilizados, e elevassem as suas investigações a um padrão internacional.

Essa necessidade de harmonizar as normas contábeis vigentes, fez com que em 2010, as regras de práticas contábeis utilizadas no Brasil convergessem para as IFRS's (International Financial Reporting Standards), que são normas e padrões internacionais. Com isso, surgiu a NBC TA (Normas Brasileiras de Contabilidade e Técnicas de Auditoria).

Neste contexto, a auditoria desde 2010, com o processo de harmonização das Normas Brasileiras, as Normas Internacionais de Contabilidade, passou por mudanças que trouxeram significativas contribuições para o desenvolvimento desta atividade no país. .

A auditoria é realizada a partir do exame de documentos, livros contábeis, registros, além de realização de inspeções e obtenção de informações de fontes internas e externas, tudo que estiver diretamente relacionado com o controle do patrimônio da entidade auditada. Ela averigua a exatidão dos registros contábeis e das demonstrações contábeis no que se refere aos eventos que alteram o patrimônio e a representação desse patrimônio, nessa etapa, toda a análise das informações será restrita apenas ao auditor, que deverá agir com total e plena independência e imparcialidade, clareza e objetividade, seguindo sempre como base as Normas Nacionais e Internacionais de Contabilidade.

Dentro de uma empresa, a Auditoria pode ser realizada de duas formas diferentes: de forma interna, onde o profissional que realiza a mesma é um auditor interno que possui vínculo com a empresa auditada, enquanto que, a externa, o profissional é independente e não tem nenhum vínculo empregatício com a entidade auditada. A auditoria interna objetiva subsidiar a administração da empresa, auxiliando seus gestores na tomada de decisão, avaliando controles, patrimônio, identificando riscos e sugerindo melhorias, enquanto que a auditoria externa ou independente é realizada com o objetivo de confirmar a veracidade dos fatos apresentados pela empresa através de seus relatórios financeiros. Realizada principalmente com o intuito de atender os interesses de investidores e instituições financeiras

que pretendem investir recursos na empresa e querem a garantia da situação financeira da empresa.

Ao contratar uma auditoria independente, ou em casos em que a mesma for obrigada a auditoria externa – para as empresas de grande porte, quando as mesmas forem enquadradas no art. 3º da Lei 11.638/07 – o grupo empresarial está solidificando sua presença no mercado, apresentando-se como empresa que pode garantir aquilo a que está se propondo e se disponibilizando a análise transparente para receber novos investimentos.

Sendo assim, estando a entidade obrigada ou não a realizar a auditoria externa, a mesma terá que contratar um auditor independente ou uma empresa que ficará responsável por realiza-la. Os auditores responsáveis pela auditoria externa vão fazer uso de todos os dados coletados, de todas as informações repassadas pelos gestores da empresa, os mesmos irão emitir um documento final expressando sua opinião, parecer de auditoria, sempre de forma clara e objetiva, sobre as demonstrações contábeis auditadas.

De acordo com as opiniões expressas nos pareceres, eles podem ser classificados das seguintes formas: Parecer sem Ressalva; Parecer com Ressalva; Parecer Adverso ou Parecer com Abstenção de opinião, onde o conteúdo que os mesmos irão conter dependerá dos dados coletados nas empresas auditadas, da análise e comprovação de que os mesmos estão em pleno acordo ou não, com as Normas Brasileiras de Contabilidade vigentes, como também, dependendo do tipo de empresa, obedecendo também às Normas Internacionais de Contabilidade.

Desta forma, a presente pesquisa faz um estudo dos Pareceres de Auditoria Independente das empresas cadastradas no site da Bovespa referente ao exercício de 2016, no setor de comércio, de acordo com a classificação da Economatica. Diante disso, faz-se o seguinte questionamento: **Os pareceres de auditoria das demonstrações contábeis das empresas do setor de comércio, listadas na BM&FBOVESPA referente ao exercício de 2016, são apresentados de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, nos aspectos formal e informacional?**

## **1.1 Objetivos**

### ***1.1.1 Objetivo Geral***

Analisar se os pareceres de auditoria das demonstrações contábeis das empresas listadas na BM&FBOVESPA do Setor de Comércio são apresentados de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, nos aspectos formal e informacional no exercício de 2016.

### ***1.1.2 Objetivos Específicos***

- Identificar os tipos de parecer de auditoria apresentados pelas empresas analisadas referente ao exercício de 2016.
- Ranquear as empresas de auditoria que mais atuam nestas companhias.

## **1.2 Justificativa**

O estudo foi desenvolvido tendo em vista a análise dos Pareceres de Auditoria das empresas de capital aberto, do setor de comércio, listados no site da BM&FBOVESPA, e que permaneceram ativas no ano de 2016.

A escolha das empresas do Setor de Comércio foi feita em virtude da relevância e contribuição do mesmo para a economia brasileira nos últimos anos, onde isso é visto através da expressiva força de trabalho, do consumo das famílias, do desempenho das vendas nos últimos anos e da contribuição na composição do Produto Interno Bruto (PIB).

Trabalhos anteriores realizados reforçam a justificativa deste estudo, como o trabalho ROBERTO, Paulo, BEUREN, Ilse Maria e de PEREIRA, Elisangela, trouxe em 2009 um estudo intitulado de Análise dos Pareceres de Auditoria das Demonstrações Contábeis de Empresas de Santa Catarina registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), analisando 33 empresas no ano de 2004. O objetivo principal da pesquisa foi abordar os pareceres das empresas do referido estado, analisando se os mesmos são apresentados de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, em um contexto formal e informacional.



Após o fim da pesquisa e análise dos dados chegou-se a conclusão de que a auditoria das demonstrações contábeis nas empresas pesquisadas poderiam evoluir em relação aos aspectos formais, em contrapartida, no que concerne aos aspectos informacionais, os pareceres mostraram-se satisfatórios, pois foram apresentados revestindo-se de compreensibilidade.

Outra pesquisa realizada, foi a de GUEDES, Luzivalda e de PAULO, Edilson, onde apresentaram o Artigo de Título: Pareceres de Auditoria: Um estudo das ressalvas e parágrafos de ênfase constantes nas demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras. Essa pesquisa teve como principal objetivo verificar se as variáveis contábeis e indicadores econômico-financeiros tinham influência sobre a emissão dos pareceres de auditoria com ressalva ou parágrafos de ênfase. Um dos resultados importantes encontrados ao final desse estudo foi que quanto maior o valor de mercado da empresa, do lucro líquido e da receita auferida por uma entidade, menor foi a probabilidade de ocorrência de ressalva. Nessa pesquisa foram analisadas as empresas entre os anos de 2006 a 2008.

Com isso, o tema se torna relevante devido às mudanças das normas de auditoria no Brasil, em que se busca verificar o nível de conhecimento dos auditores sobre essas mudanças no momento de emitirem as suas opiniões no parecer.

Acredita-se que a pesquisa em questão possa contribuir para que os auditores procurem conhecimento em relação às atuais normas, para que na emissão dos pareceres de auditoria esteja em pleno acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, tão quanto as Normas Internacionais, pois o mercado em que se encontram exige tal qualificação profissional.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Conceito de Auditoria**

Os primeiros indícios de auditoria são datados da civilização suméria, em suas práticas de conferência de bens obtidos da atividade pastoril, levando em consideração a forma como é atualmente empregada, porém não se tem informação precisa de quando se realmente a mesma teve início. Nesse período “os proprietários que confiavam seus bens a guarda de terceiros e que conferiam ou mandavam conferir os rendimentos auferidos com as suas atividades econômicas estavam, na verdade, praticando função de auditoria”, conforme Motta (1988, p.13).

A origem latina do termo auditoria, que vem de audire (ouvir), foi ampliado pelos ingleses como auditing para denominar a tecnologia contábil da revisão (PINHEIRO; CUNHA, 2003, p. 32). Para GOMES; ARAÚJO; BARBOZA, 2009, o surgimento da auditoria foi na Inglaterra, quando o país era dominador dos mares e controlava todo o comércio mundial, e com isso, chegou a possuir grandes companhias de comércio e também foi a primeira a criar a taxaço do imposto de renda, se baseando nos lucros das empresas.

Tal fato seu ocorreu por volta do século XIV, ano de 1.314, onde o governo inglês utilizava o exame período e sistemático das contas públicas.

No Brasil, o surgimento da auditoria se deu mais significativamente só após o final da Segunda Guerra Mundial, quando as empresas multinacionais começaram a entrar no país, filiais das que existiam na América do Norte e Europa.

Segundo Santos, Schmidt e Gomes (2006) apud Mendes e Martins (2014) a auditoria pode ser classificada como interna ou externa (independente). A interna é aquela em que o auditor é funcionário da empresa e examina os controles internos para promover melhorias e recomendações eficientes para a administração. A externa e/ou independente é aquela em que o auditor é contratado pela empresa, governo, fornecedores ou clientes, para examinar as demonstrações contábeis e expressar sua opinião por meio do Parecer do Auditor .

A auditoria externa ou independente surgiu por volta do século XVIII, com a evolução do sistema capitalista. No período inicial a qual foram surgidas as empresas pertenciam a grupos familiares. Com a evolução do mercado e a concorrência as empresas necessitaram desenvolver tecnologias aprimoradas e controles nos procedimentos internos em geral, principalmente buscando a redução dos custos e tornar mais competitivo os produtos a serem colocados no mercado.

Assim, definindo a Auditoria Contábil, de “uma forma bem simples, é o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos operações, rotinas e das demonstrações financeiras da entidade” (CREPALDI, 2013, P 3)

Segundo a definição do autor, o levantamento de dados, estudo e avaliação de tudo que é realizado pela entidade, a forma como a mesma realiza todas as operações, é posto a prova quando se é realizada a auditoria, todas as informações são confrontadas com as leis e normas vigentes.

Toda e qualquer profissão requer um padrão técnico para a condução do trabalho, requer normas que são regidas por determinado órgão, departamento, conselho, entre outros. No campo da auditoria, esses padrões são expressos pelas Normas Brasileiras de Auditoria, que relaciona toda e qualquer ação praticada pelo profissional auditor. Os principais órgãos que impõem essas normas são: Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Instituto Brasileiro de Contadores (Ibracon); Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC) e a Superintendência de Seguros Privados (Susep), de acordo com SANTOS; SCHMIDT; GOMES, 2006, apud Mendes e Martins (2014)

## **2.2 A Auditoria Independente das demonstrações contábeis**

A partir da auditoria, é possível formar uma visão mais crítica e ampla da empresa ou qualquer que seja o setor, permitindo-se dessa forma, respostas a uma série de questões que estão relacionados a aspectos operacionais ou financeiros de uma organização.

Uma empresa que quer atingir seus objetivos organizacionais, deve ser eficaz em sua gestão, para que isso seja possível, é necessário o desenvolvimento de ações que levem a mesma a tal patamar.

O exercício profissional do auditor independente é regido pela Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 11, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aprovada pela resolução CFC N.º 820/97, em dezembro de 1997, que trata das Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis e pela Instrução CVM nº 308/99, que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e definem os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas do relacionamento com os auditores independentes.

A NBCT 11, no item 11.1.1.1, que trata das Normas de auditoria independente das demonstrações contábeis define a auditoria independente como o conjunto de procedimentos

técnicos que tem como objetivo emitir um parecer sobre sua adequação, em pleno acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade, e ainda, no que for pertinente, a legislação específica.

A ação de uma auditoria externa em uma empresa traz a empresa essa confiança nos resultados que foram obtidos, visando futuros investidores, porque diferente da auditoria interna, que é realizada por auditor interno, que possui vínculo com a empresa, enquanto a externa, é realizada por uma consultoria externa sem ligação direta com quem a contrata, que audita de forma independente. Em outras palavras, a diferença entre ambas é que a auditoria interna é uma espécie de preparação e verificação para correção de eventuais desvios, enquanto a auditoria externa é definitiva e pode conceder ou não um certificado da área auditada para a empresa.

Desta forma, o auditor passa a ser útil tanto à empresa quanto aos investidores, que, por meio da análise das demonstrações financeiras, que são comprovadas do parecer dos auditores, que as acompanham, trazendo segurança no momento de eleger as empresas nas quais efetuarão aplicações de sua poupança pessoal em ações.

Boyton, Johnson e Kell (2002, p.78) apud Batista, (2009), afirmam que “A independência é a base da profissão de auditoria, no sentido de que o auditor é neutro em relação à entidade auditada”.

Neste contexto, os auditores independentes, que irão atuar na empresa, terão um importante papel, pois as informações levantadas pelos mesmos, as análises que são feitas e ao fim, a emissão do parecer, serão de suma importância, pois de certa forma, darão mais confiabilidade à empresa perante os seus investidores e demais usuários das suas informações contábeis.

Assim, a auditoria externa tem por objetivo a emissão de pareceres sobre a adequação com que estes representam a entidade auditada consoante as normas brasileiras de contabilidade. Dentro desses pareceres contábeis, estarão representados a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações realizadas, mutações do Patrimônio Líquido a Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado da empresa. Todas as informações serão analisadas com intuito de provar a veracidade e autenticidade das mesmas.(CREPALDI, 2013)

### **2.3 Os Procedimentos da Auditoria independente**

Toda e qualquer profissão requer um padrão técnico para a condução do trabalho, requer normas que são regidas por determinado órgão, departamento, conselho, entre outros. No campo da auditoria, esses padrões são expressos pelas Normas Brasileiras de Auditoria, que relaciona toda e qualquer ação praticada pelo profissional auditor.

Os principais órgãos que regulamentam a auditoria no Brasil são: Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Instituto Brasileiro de Contadores (Ibracon); Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC) e a Superintendência de Seguros Privados (Susep).

A NBC T 11, no item 11.1.2.1 define que “Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas e abrangem teste de observância e testes substantivos”.

Esses testes, que fazem parte do trabalho dos auditores independentes farão ao final da auditoria a diferença, pois o auditor ficará apto a emitir seu parecer. O teste de observância ou teste de controle verifica se o controle interno vem funcionando corretamente. Ele proporcionará de certa forma segurança de que tais procedimentos de controle interno estão sendo executados da maneira determinada pela organização. Por exemplo, analisar uma simples assinatura nas aprovações de cheques, os procedimentos utilizados na chegada das mercadorias para revenda ou matéria prima, entre outros.

Por outro lado com os testes substantivos o auditor irá obter evidências sobre saldos ou transações apresentadas pela empresa. Esses testes comprovam o saldo de uma conta ou analisa uma transação, como por exemplo todas as contas envolvidas em uma operação de compra, venda, financiamentos, entre outras. As evidências desse tipo de teste (evidências substantivas) são bem mais variadas, por exemplo, comprovar o saldo correto de uma conta, procedimento de contagem física, circulação de contas, etc. Os testes substantivos ainda se dividem em testes de transações e saldos e procedimentos de revisão analítica.

Em suma, os procedimentos que o auditor independente utilizar lhe proporcionará ao final de tudo um conhecimento necessário da empresa auditada para que ele possa emitir sua opinião no parecer de auditoria.

## **2.4 Parecer de Auditoria Independente**

De acordo com a NBC T 11, item 11.3.1.1 o parecer de auditoria independente é o documento mediante o qual o auditor expressa sua opinião, de forma clara e objetiva, sobre as

demonstrações contábeis nele indiciadas. Todas as informações que os auditores analisam, tudo que os mesmos solicitam as empresas auditadas serão analisadas minuciosamente, levando em consideração as normas e leis vigentes.

O Parecer do Auditor é um documento escrito, que expressa claramente a opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis analisadas pelas evidências obtidas. (NBC TA 700, 2010)

O parecer representa o produto final do trabalho do auditor, ele é o instrumento pelo qual o auditor dá conhecimento aos usuários da informação contábil, do resultado do seu trabalho expresso, por meio da opinião contida no parecer.

A emissão do parecer quer dizer em outras palavras que o trabalho do auditor chegou ao fim, ele será o instrumento que dará aos usuários o conhecimento sobre a informação contábil, será o resultado do seu trabalho expresso, por meio da opinião contida no parecer.

A finalidade do parecer de auditoria segundo os estudos de Santos e Pereira (2004), será informar aos usuários com relação:

- a) O trabalho realizado, pois no parecer o auditor irá detalhar como ele chegou ao resultado do mesmo, o que levou a ele emitir o parecer daquela forma;
- b) A extensão abrangida pelo trabalho. Ou seja, até onde o auditor independente teve que ir para buscar as informações e tirar as conclusões;
- c) A forma como foi realizado.
- d) Os fatos relevantes observados. O auditor informará da maneira mais clara possível tudo aquilo que ele entender como relevante para que o público alvo desse parecer possa ter o devido entendimento;
- e) As conclusões chegadas. Depois de todas as análises, a conclusão que dará o ponto final ao parecer deverá por pontos a serem vistos, caso seja necessária alguma correção em algum procedimento que havia sendo realizado.

Para atingir esta finalidade, a opinião final do auditor deve estar baseada em fatos concretos, devidamente comprováveis, através dos papéis de trabalho, e em uma substanciada análise desses fatos, com total imparcialidade e independência.

O parecer emitido pelo auditor externo, basicamente contém três parágrafos: um referente a administrações: a) o referente à identificação das demonstrações contábeis e à definição das responsabilidades da administração e dos auditores; b) o relativo à extensão dos trabalhos; c) o que expressa a opinião sobre as demonstrações contábeis (SANTOS E PEREIRA, 2004).

O parecer deverá identificar as demonstrações contábeis sobre as quais o auditor estará expressando sua opinião, indicando bem assim, o nome da entidade, datas referente ao período analisado na auditoria.

O auditor é único responsável pelo parecer, diferentemente das demonstrações contábeis, que é da administração, cuja informação deverá ser evidenciada no início do parecer.

Segundo a NBC T 11, item 11.3.1.8, o parecer deve expressar, clara e objetivamente, se as demonstrações contábeis auditadas, em todos os aspectos relevantes, na opinião do auditor, estão adequadamente representadas ou não, consoante as disposições contidas no item 11.1.1.1.

No parecer deverá constar como se deu a extensão dos trabalhos, em outras palavras, o auditor decalgará se o exame foi efetuado de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria em vigor, descrevendo todos os trabalhos executados.

Então, o parecer de auditoria é o documento que encerra o trabalho da auditoria externa, pois nele, após feito todos os procedimentos cabíveis, coleta de dados e análise dos mesmos, o auditor emitirá sua opinião. De acordo com a opinião expressada pelo auditor, o parecer pode ser classificado em: parecer sem ressalva, parecer com ressalva, parecer adverso ou parecer com abstenção de opinião. A descrição desses tipos de parecer está esposta no Quadro 1:

Quadro 1 – Tipos de Parecer.

<b>Tipo de Parecer</b>	<b>Características</b>
<b>Parecer Sem Ressalva ou Limpo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as disposições contidas na NBC T 11;</li> <li>- Contém todas as exposições informativas necessárias;</li> <li>- Pode ou não conter uma ênfase, destacando um ponto a ser revisto pelos interessados na informação; e</li> <li>- O auditor está convencido de tudo que encontrou.</li> </ul>
<b>Parecer com Ressalva</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Um ou mais valores nas demonstrações financeiras não refletem adequadamente a posição correta, de acordo com os princípios fundamentais;</li> <li>- Normalmente, se utilizam as expressões exceto e exceção na redação dos pareceres com ressalvas;</li> </ul>
<b>Parecer Adverso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ocorre quando o auditor constata que a transação é tão importante que não justifica a simples emissão de um parecer com ressalvas.</li> <li>- O auditor emite a opinião relatando que as demonstrações contábeis não estão adequadamente representadas;</li> </ul>

<b>Parecer com Abstenção de Opinião</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O auditor deixa de emitir opinião sobre as demonstrações contábeis por falta de comprovação suficiente para fundamentá-la;</li> <li>- O auditor deve declarar que está impossibilitado de emitir sua opinião</li> <li>- limitação na impossibilidade de expressar sua opinião é resultante de alguns aspectos: <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Limitação imposta ao objetivo do exame;</li> <li>➤ Existência de fato que afete consideravelmente a posição patrimonial e financeira ou resultado das operações;</li> <li>➤ Existência de incerteza substancial em relação ao montante de um item;</li> <li>➤ Preparação de demonstrações financeiras não auditadas.</li> </ul> </li> </ul>
---	--

## 2.5 Estudos Anteriores

Muitas são as pesquisas e estudos relacionados a análise de pareceres de auditoria. Os mesmos são resultados de longas análises de dados e podem no fim, mostrar uma realidade até então desconhecida aos interessados na informação nele contida.

No estudo feito pelos pesquisadores Batista, Pereira, Silva e Imoniana (2010) verificou-se como os retornos de ações reagem a divulgação dos pareceres de auditoria. As empresas analisadas nessa pesquisa foram selecionadas do site da Comissão de Valores Mobiliários. O objetivo principal da pesquisa foi verificar se os pareceres de auditoria foram emitidos com ou sem ressalva. Com as análises realizadas, foi possível ao final concluir que existe uma indicação de que a publicação de auditoria não influenciou o retorno médio das ações no mês posterior à sua divulgação na maioria dos anos pesquisados.

Martins e Mendes (2014), analisaram em sua pesquisa o nível de conhecimento dos auditores independentes brasileiros sobre as normas do relatório do auditor. Pesquisaram vários profissionais aplicando questionários e com isso verificaram que uma grande parte estava apta às Normas Relatório do Auditor naquela época.

Já Pereira e Santos (2014) abordaram de forma bem sucinta, mas objetiva, a forma de redação do parecer-padrão, descrevendo sua origem, evolução, estrutura e os quatro tipos de parecer existentes, atualmente em vigor no Brasil.

A pesquisa de Marquart e Alberton (2008) teve como tema o parecer de auditoria das companhias listadas no nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, investigou as ressalvas e ênfases emitidas nos pareceres de auditoria externa das empresas do nível 1 de



Governança Corporativa. Os autores após uma análise detalhada de 160 (cento e sessenta) pareceres identificaram ao final da pesquisa a importância da observação do parecer de auditoria pelos investidores quando da formação de seus portfólios de investimentos.

O trabalho realizado por Almeida (2008), intitulado parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis: uma análise crítica da sua compreensão e utilidade, teve como principal objetivo expor o grau de compreensibilidade por parte de um de um dos seus usuários externos e diagnosticar a influência do seu conteúdo informativo no processo decisório de investir. Foram analisados 50 estabelecimentos cadastrados na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, e ao final da pesquisa conclui-se que as informações contidas nos pareceres de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis de empresas brasileiras e a forma como estas estão nele expostas, não satisfazem os aspectos da compreensibilidade.

Dutra, Alberton e Bornia (2009) escreveram sobre os pareceres de auditoria independentes emitidos no Brasil, ao qual teve como principal objetivo propor uma reflexão sobre os mesmos, apresentando em seu conteúdo contextualizações sobre a auditoria independente no Brasil, marcos normativos do parecer no país e dando ênfase a alguns aspectos expressivos da norma atualmente em vigor, relativas ao parecer de auditoria independente. Um dos pontos importantes encontrados com a realização dessa pesquisa foi que o parecer da auditoria tende, a ser cada vez mais confiável, fidedigno e convergente com o que estabelecem as exigências normativas.

Guedes (2008) questionou em sua pesquisa a antecipação da necessidade de republicação das demonstrações contábeis investigou a relação existente entre a ressalva imposta no parecer da auditoria independente e a reapresentação exigida pelo Banco Central, a existência de forte correlação entre haver ressalva e reapresentação por exigência, indicariam que o parecer teria capacidade de antecipar exigência de reapresentação por parte do Banco Central. Nessa pesquisa foram analisados os bancos que tinham ações negociadas na bolsa de valores e foram mapeadas as combinações formadas pelo tipo de parecer com o tipo de apresentação. Os resultados dessa pesquisa foram claros e mostraram que não há nenhuma relação entre parecer e reapresentação por exigência, nem relevância com relação ao porte ou a governança corporativa, contudo, os resultados mostraram haver maior percentual de reapresentação espontânea no extrato por governança corporativa.

Na pesquisa realizada por Almeida (2006), foi feita uma análise crítica dos pareceres de auditoria independentes sobre as demonstrações contábeis de empresas brasileiras, ao qual teve como objetivo principal verificar os aspectos de aderência às Normas Brasileiras de

Contabilidade e a compreensibilidade e utilidade que revestem os mesmos. Assim como o pesquisador anterior, que em sua pesquisa buscou esse mesmo resultado, foi constatado que as informações contidas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis das empresas brasileiras e a forma como estas estão nele dispostas não satisfazem os aspectos da aderência às Normas Brasileira de Contabilidade.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Classificação da pesquisa**

A presente pesquisa foi classificada com documental e bibliográfica: a primeira composta, principalmente pelos dados das companhias abertas que tem suas informações listadas da BM&FBOVESPA, coletados no site dessa instituição. Com o foco para os pareceres dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis apresentadas anualmente por essas empresas, por se tratar do objeto do presente estudo. Já a segunda composta por diversas fontes de pesquisa, como artigos científicos, livros e a legislação vigente, para entender a opinião de alguns autores sobre o tema pesquisado e fundamentar o estudo de acordo com os conceitos e idéias de cada autor.

A abordagem da pesquisa foi qualitativa, onde buscou verificar diversos aspectos da realidade, ao investigar, criticamente o parecer dos auditores independentes emitidos em 2016 e analisar se as informações por eles repassadas condizem com as Normas Brasileiras de Contabilidade nos aspectos formais e informacionais.

Este estudo teve como base o artigo de Cunha, Bauren e Pereira (2009) onde é abordado uma “Análise dos pareceres de auditoria das demonstrações contábeis de empresas de Santa Catarina na Comissão de Valores Mobiliários”.

#### **3.2 Universo e Amostra da Pesquisa**

O universo da pesquisa foi composto por 23 Companhias de Capital Aberto, classificadas no setor de Comércio brasileiro, seguindo a classificação do Banco de Dados do Econômica, na versão 2017May26-#2840. Em consulta ao sítio da BM&FBOVESPA ([http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/index.htm#](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/index.htm#)) em junho de 2017, foi feito um levantamento e das 23 companhias registradas neste setor de atividade, dados expostos no Quadro 2.

**Quadro 2 – Empresas do Setor de Comércio**

	<b>Nome</b>	<b>Setor Economatica</b>
1	Advanced-Dh	Comércio
2	B2W Digital	Comércio
3	Battistella	Comércio
4	BR Pharma	Comércio
5	BR Towers Spe1 SA	Comércio
6	Dimed	Comércio
7	Dufry AG	Comércio
8	Empreend Pague Menos S/A	Comércio
9	Grazziotin	Comércio
10	Imc S/A	Comércio
11	Inbrands SA	Comércio
12	Lojas Americ	Comércio
13	Lojas Hering	Comércio
14	Lojas Marisa	Comércio
15	Lojas Renner	Comércio
16	Magaz Luiza	Comércio
17	Minasmaquinas	Comércio
18	Natura	Comércio
19	P.Acucar-Cbd	Comércio
20	Profarma	Comércio
21	RaiaDrogasil	Comércio
22	Viavarejo	Comércio
23	Wlm Ind Com	Comércio

Fonte: Dados da pesquisa no Programa Economatica, 2017.

Após uma análise mais precisa, verificou-se que apenas 20 destas companhias estavam na listadas no site da BM&FBOVESPA, compondo então a amostra da pesquisa. Dados apresentados no Quadro 3.

**Quadro 3 – Empresas do Setor de Comércio listadas na BM&FBOVESPA.**

	<b>Nome</b>	<b>Setor Econômica</b>	<b>Setor Econômico Bovespa</b>
1	Advanced-Dh	Comércio	Consumo não cíclico
2	B2W Digital	Comércio	Consumo cíclico
3	Battistella	Comércio	Financeiro e outros
4	BR Pharma	Comércio	Saúde
5	Dimed	Comércio	Saúde
6	Dufry AG	Comércio	Consumo cíclico
7	Graziotin	Comércio	Consumo cíclico
8	Imc S/A	Comércio	Consumo cíclico
9	Lojas Americ	Comércio	Consumo cíclico
10	Lojas Hering	Comércio	Consumo cíclico
11	Lojas Marisa	Comércio	Consumo cíclico
12	Lojas Renner	Comércio	Consumo cíclico
13	Magaz Luiza	Comércio	Consumo cíclico
14	Minasmaquinas	Comércio	Bens industriais
15	Natura	Comércio	Consumo não cíclico
16	P.Acucar-Cbd	Comércio	Consumo não cíclico
17	Profarma	Comércio	Saúde
18	RaiaDrogasil	Comércio	Saúde
19	Viavarejo	Comércio	Consumo cíclico
20	Wlm Ind Com	Comércio	Bens industriais

Fonte: Dados da pesquisa no Programa Econômica, 2017.

### **3.3 Procedimentos de coleta e interpretação de dados**

A coleta dos dados foi feita através da consulta no banco de dados da BM&FBOVESPA, buscando dentro das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, os relatórios emitidos pelos auditores independentes referentes ao exercício de 2016 das companhias abertas definidas na amostra.

Em seguida foi feita a leitura dos pareceres, através de uma análise de conteúdo, onde foram verificados pontos, como a localização da empresa por região, as empresas

responsáveis pela auditoria externa, a existência ou não de uma ressalva, a existência ou não do parágrafo de ênfase, dentre outros apresentados.

Os dados coletados foram apresentados em forma de tabelas, utilizando-se do programa Microsoft Excel, versão 2010, destacando-se a frequência de como os pontos analisados aconteciam dentro da amostra.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo são apresentados os dados coletados de acordo com as análises feitas em cada parecer, quanto ao seu aspecto formal, concluindo a análise com a evidenciação dos dados que trazem os aspectos informais dos pareceres de auditoria.

### 4.1 Características das Empresas Pesquisadas

Foram duas características pesquisadas entre as empresas relacionadas: sua localização de acordo com a região em que está localizada no país e o subsetor em que está classificada dentro do banco de dados da BM&FBOVESPA.

#### *4.1.1 Localização das Empresas por Região do País*

**Tabela 1 - Localização das Empresas por Região do País**

<b>Região</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Norte	0	0%
Nordeste	0	0%
Centro-oeste	1	5%
Sudeste	14	70%
Sul	5	25%
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Com essa coleta, pode-se analisar na Tabela 1 que as companhias estão localizadas em sua grande maioria na região Sul e Sudeste do país, contendo 95% das empresas da amostra pesquisada. Uma empresa que representou 5% da amostra total foi a única exceção, estando a mesma localizada no Centro-oeste brasileiro.

No Norte do país, que não apresentou nenhuma empresa desse determinado setor tem sua economia voltada mais para o setor primário, destaque para o extrativismo (vegetal, animal e mineral) e agropecuária. É uma região que se tornou uma fronteira agrícola para o Brasil, onde são produzidos desde produtos tradicionais, como mandioca e milho, bem como

a exportação de produtos como a soja, que tem sido cultura de bastante destaque, difundida na região, porém, também é a que mais provoca desmatamento da floresta Amazônica (PENA, 2010)

Já na região do Nordeste, que também ficou de fora com relação ao setor, pois as companhias abertas localizadas nestas regiões tem o destaque para as que desenvolvem a agricultura da cana de açúcar, para a produção de açúcar e etanol, na Zona da Mata, região que se estende numa faixa litorânea, que vai do Rio Grande do Norte até o sul da Bahia, com destaque para os estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Tempos atrás, foi considerada a região mais importante produtora da cana de açúcar do mundo, e obteve o destaque em se tornar a principal região econômica brasileira, nos séculos XVI e boa parte do século XVII (Revista Toda Matéria, 2011).

Estes, podem ser os prováveis motivos, por estas regiões não terem apresentado nenhuma empresa do setor de comércio, listadas na Bovespa neste período, pois as culturas destas regiões estão focadas no desenvolvimento e investimentos em outros setores, como os apresentados acima.

#### **4.1.2 Setor Econômico Bovespa**

Além da classificação por setor que é feita das empresas envolvidas na pesquisa, a BM&FBOVESPA classificou cada empresa em determinados setores econômicos, que estão apresentados na Tabela 2.

**Tabela 2 - Setor Econômico Bovespa**

<b>Setor Econômico</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Consumo não cíclico	4	20%
Consumo cíclico	10	50%
Financeiro e outros	1	5%
Saúde	3	15%
Bens industriais	2	10%
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.



Na Tabela 2 temos a classificação das empresas de acordo com o setor econômico Bovespa. Dos 5 setores listados na Bovespa, dentro da amostra pesquisada, o Consumo Cíclico representa 50% das empresas.

O setor de Consumo não cíclico é composto por empresas do setor alimentar, fumo, bebidas, etc. As empresas de consumo não-cíclico tendem a apresentar uma menor variação tanto de receitas, como de lucros em épocas de recessão e/ou crises.

O setor de Consumo Cíclico é composto por empresas que dependem de um determinado ciclo da economia para obterem ganhos mais expressivos e é composto por companhias do setor de comércio/varejo, hotéis, tecidos, calçados, lazer etc.

O setor de classificação “Financeira e outros”, possui oito subsetores, sendo de intermediários financeiros, securitizadoras de recebíveis, previdência e seguros, exploração de imóveis, holdings diversificadas, serviços diversos, outros e fundos, e 14 segmentos, sendo bancos, crédito e financiamento, arrendamento mercantil, securitizadoras de recebíveis, seguradoras, capitalização, exploração de imóveis, holdings diversificadas, serviços diversos, outros, fundos imobiliários, de ações, de direitos creditórios (SILVA, 2007).

O setor de saúde é dividido em quatro subsetores, sendo eles: Comércio e Distribuição, Equipamentos, Medicamentos e Outros Produtos e Serviços Médicos Hospitalares, Análises e Diagnósticos.

Segundo SILVA, 2007, o setor de bens industriais possui seis subsetores, material de transporte, equipamentos elétricos, máquinas e equipamentos, tecnologia da informação, serviços, comércio e outros 11 segmentos. É um dos setores que mais gera empregos no país além de contribuir muito com o desenvolvimento do país. A revista O ECONOMISTA(2016) destaca a região sudeste, como o maior polo das empresas classificadas nesse setor, além de que a produção industrial é diversificada e possui altos índices de exportação e de demanda por energia elétrica. São Paulo por exemplo, é o maior parque industrial da América do Sul.

## **4.2 Aspecto Formal dos Pareceres de Auditoria**

Com relação aos aspecto formal dos pareceres de auditoria, buscou-se na análise dos pareceres se os mesmos estão apresentados de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 11, que aborda sobre as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis.

#### 4.2.1 Empresa de Auditoria responsável pelo parecer

A partir da análise desses dados da Tabela 3, constatou-se que 10 empresas foram as responsáveis por realizar a auditoria independente nas 20 empresas que fazem parte da amostra.

**Tabela 3 - Empresa de Auditoria responsável pelo parecer**

<b>Empresa de Auditoria Responsável</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
BDO RCS Auditores Independentes SS	2	10%
KPMG Auditores Independentes	5	25%
PricewaterhouseCoopers	3	15%
Tática Auditores Independentes S.S.	1	5%
DRS Auditores	1	5%
Ernst & Young Auditores Independentes	3	15%
Wagner Bottino	1	5%
Jânio Blera Andrade (Auditor Independente)	1	5%
Deloite Touche Tohmatsu (Auditores Independentes) Eduardo Franco Tenório (Contador)	2	10%
ACTUS Auditores Independentes S/S.	1	5%
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Das 10 empresas de auditoria que realizaram as auditorias independentes na empresas do setor de comércio, a que apresentou maior frequência foi a KPMG Auditores Independentes com 25%. Na sequência vem a PricewaterhouseCoopers e a Ernst & Young Auditores Independentes com 15% cada. Em seguida temos a BDO RCS Auditores Independentes SS e a Deloitte Touche Tohmatsu com 10%. As demais apresentaram cada uma frequência de 5%, sendo que no total, 5 empresas de auditoria independente auditaram somente uma empresa cada.

Dessas empresas de auditoria destacamos Big Four de Auditoria e Consultoria, composto pelas empresas Deloitte Touche Tohmatsu, PricewaterhouseCoopers, Ernst & Young e a KPMG.

Assim, “apesar da obrigatoriedade do rodízio de firmas de auditoria, as maiores empresas brasileiras em vendas líquidas têm contratado uma das Big Four para prestação do serviço de auditoria independente”. (Velozo, Pinheiro, Santos e Cardozo, 2013, p.60)

Isso vem demonstrar cada vez mais o domínio deste grupo de empresas na realização das auditorias independentes neste setor no Brasil.

#### 4.2.2 Tipo de Parecer

Com relação a formalidade dos pareceres de auditoria das empresas envolvidas nessa pesquisa, foi verificado qual o tipo de parecer apresentado pelos auditores independentes conforme apresentado na Tabela 4.

**Tabela 4 - Tipo de Parecer apresentado pela empresa de Auditoria Independente**

<b>Tipo de Parecer</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Parecer sem Ressalva	19	95%
Parecer com Ressalva	1	5%
Parecer Adverso	0	0%
Parecer com Abstenção de Opinião por limitação na extensão	0	0%
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Verifica-se na Tabela 4, os Tipos de Pareceres emitidos pelas empresas de auditoria independente. Neste aspecto, 95% das empresas pesquisadas apresentaram um Parecer sem Ressalva e apenas 5%, que nesse caso totalizou apenas 1(uma) empresa, emitiu um Parecer com Ressalva. Nesse Parecer, a expressão utilizada pelo auditor independente foi a que consta na NBT C 11, item 11.3.4.2 “exceto”, e que teve como motivo da ressalva, razões financeiras e econômicas da entidade auditada.

Nas empresas analisadas não foi encontrado nenhum tipo de parecer adverso, parecer com abstenção de opinião por limitação na extensão, e nem mesmo parecer com abstenção de opinião por incerteza.

#### 4.3 Aspectos Informacionais dos Pareceres de Auditoria

Com relação aos aspectos informacionais do parecer de auditoria, a intenção foi constatar a compreensibilidade. Diante disso, foram analisados os seguintes aspectos: demonstrações contábeis, testes aplicados pelos auditores, posição patrimonial e financeira, existência de parágrafo de ênfase e menção referente à auditoria do ano anterior.

### 4.3.1 Das Demonstrações Contábeis

Foram analisados nos pareceres de auditoria, a expressão que é utilizada para as demonstrações contábeis, quanto à sua representação da posição patrimonial e financeira. A Tabela 5 demonstra os dados coletados dos pareceres sobre esse ponto.

**Tabela 5 - Expressão utilizada na representação da posição patrimonial e financeira das Demonstrações Contábeis**

<b>Demonstrações contábeis</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	3	15%
Práticas Contábeis adotadas no Brasil e IFRS	16	80%
Normas Internacionais de Relatório Financeiro	1	5%
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Ao analisar se as demonstrações contábeis foram elaboradas em pleno acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, verificou-se que 15% das empresas utilizaram a expressão “de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil”, deixando evidente com isso que as empresas que auditaram essas empresas se basearam somente nas Normas Brasileiras de Contabilidade.

Seguindo a análise foi constatado que 80% das empresas além das Normas Brasileiras, tem suas demonstrações contábeis baseadas nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), utilizando a expressão “de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)”.

Fora desse padrão, 5% da amostra, que representa apenas uma empresa tem suas demonstrações contábeis baseadas nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro, utilizando a expressão “de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS)”, com as leis vigentes na Suíça. O motivo dessa exceção é porque esta empresa está localizada na Basileia, Suíça, tendo filiais em diversos países.

#### 4.3.2 Dos testes aplicados pelos auditores

Nesse ponto consistiu em analisar como foram descritas a condução dos testes de auditoria. Os dados coletados seguem abaixo na Tabela 6.

**Tabela 6 - Condução dos teste de auditoria**

<b>Condução dos teste aplicados</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria	19	95%
Normas Internacionais de Auditoria	1	5%
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Na pesquisa foi possível verificar que 95% dos pareceres fazem menção aos testes aplicados que foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. A exceção ficou apenas para 5% que assim como já mencionado em outro ponto da pesquisa, que representa apenas uma empresa que tem sua sede na Suíça, e os testes de auditoria foram conduzidos de acordo com as leis vigentes na Suíça, com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e com as Normas de Auditoria do referido país.

No modelo de parecer que a NBC T 11, consta a seguinte expressão: “Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam:[...]”. Nas empresas pesquisadas essa expressão não chegou a ser utilizada.

#### 4.3.3 Da posição patrimonial e financeira

Nesse ponto da pesquisa, foi analisado nos pareceres de auditoria se os auditores independentes fizeram menção sobre a situação patrimonial e financeira da empresa auditada. Os dados são apresentados na Tabela 7.

**Tabela 7 - Menção sobre a posição patrimonial e financeira**

<b>Situação Patrimonial e Financeira</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Sim	20	100%
Não	0	0%
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Constatou-se após esse levantamento que 100% das empresas auditadas fazem menção em seu parecer sobre sua situação patrimonial e financeira.

#### 4.3.4 Existência do parágrafo de ênfase.

Na análise das empresas da amostra investigou-se a existência de parágrafo de ênfase em seu parecer de auditoria, conforme está exposto na Tabela 10.

**Tabela 8 - Existência de Parágrafo de Ênfase**

<b>Parágrafo de Ênfase</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Sim	2	10%
Não	18	90%
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Das empresas pesquisadas apenas 10%, o que representa apenas 2(duas) empresas da amostra analisada, possuem um parágrafo de ênfase em seu parecer e 90% das mesmas não tiveram nenhum parágrafo de ênfase em seu parecer. Após essa análise, foi feita uma outra análise, agora para saber a origem da ênfase descrita nos pareceres de auditoria.

Nas diversas empresas analisadas, uma das empresas que apresentava um parecer sem ressalva, destacou um parágrafo de ênfase, a outra empresa, que completou os 10%, citado na análise anterior, já tinha em seu parecer, uma ressalva. Esses dados estão apresentados na Tabela 9.

**Tabela 9 - Origem do Parágrafo de Ênfase**

<b>Origem do Parágrafo de Ênfase</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Financeiro	2	100%
Outros	0	0%
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Observou-se que 100% das empresas auditadas tiveram como origem do parágrafo de ênfase o aspecto financeiro da empresa.

#### 4.3.5 Menção referente a auditoria do ano anterior

Também foi analisado se o parecer de auditoria fez menção a empresa que auditou no ano anterior, caso tivesse sido outra. Os dados estão expostos na Tabela 10.

**Tabela 10 - Menção ao Ano anterior ter sido auditado por outra empresa**

<b>Auditoria no ano anterior</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Sim	6	30%
Não	14	70%
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Verificou-se que 30% das empresas envolvidas na pesquisa foram auditadas por outra empresa de auditoria no exercício anterior e que 70% das empresas mantiveram a mesma empresa de auditoria externa.

Segundo o artigo 31 da Instrução CVM 308/1999, o auditor independente, seja ele pessoa física ou pessoa jurídica, não pode prestar serviços para um mesmo cliente, por prazo superior a cinco anos consecutivos, contados a partir da data de publicação desta Instrução, exigindo-se um intervalo mínimo de três anos para sua recontração.

A regra foi criada para que seja evitado a criação de qualquer vínculo entre a empresa auditada e a auditora, mantendo assim a independência e a objetividade na execução dos trabalhos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo permitiu uma análise de como o conteúdo dos pareceres vem sendo expostos e as principais informações que o mesmo contém, que poderão servir de base para a tomada de decisões da entidade auditada, uma reflexão acerca dos tipos de pareceres emitidos pelas empresas de auditoria independente e se as mesmas seguem as legislações vigentes que são determinadas. Além disso, permitiu evidenciar a concentração de mercado que há nas empresas de auditoria independente, o que se torna um ponto interessante levando em consideração a importância da auditoria nessas entidades.

Dentro dos resultados encontrados nesta pesquisa, verificou-se a predominância da região sudeste com relação ao fator localização da empresa, com 70% das empresas localizadas nessa região, logo em seguida o sul e centro-oeste com 25% e 5% respectivamente.

Com relação aos tipos de pareceres, esta pesquisa mostrou que nas empresas analisadas, apenas uma apresentou Parecer com Ressalva, as demais mantiveram seu parecer sem ressalva (parecer limpo). Com relação a ênfase, 10% das empresas, o que representou apenas 2 empresas, tiveram em sua estrutura um parágrafo destacando-a, ambas por aspectos financeiros. Vale salientar que por mais que apenas uma empresa tenha apresentado um parecer com ressalva, essa outra que apresentou a ênfase, foi apenas para destacar um ponto que o auditor julgou como importante ser avaliado pelas partes interessadas da companhia.

Constatou-se neste estudo, uma forte concentração do mercado das empresas de auditoria denominadas de Big Four, assim como ocorre em outros mercados financeiros. Essas empresas estiveram presentes em mais de 65% das auditorias externas. Um dado importante apresentado na pesquisa foi que das 20 pareceres analisados, apenas 30% das empresas responsáveis pela auditoria, fizeram menção a última auditoria que fora realizada por outra empresa. Desse total, que condiz a um total de 6 empresas, 5 fazem parte do Big Four.

Com relação as expressões utilizadas, algumas das expressões diferentes das que são padronizadas pela legislação da NBC T 11, foram utilizadas, fato este, que não chegou a alterar a compreensibilidade da informação.

A pesquisa mostrou-se satisfatória, no que diz respeito ao resultado da análise dos pareceres, pois mesmo com alguns pontos que podem ser avaliados futuramente com relação aos aspectos formais, os mesmos mostraram, que no informacional, estão apresentados de forma clara, revestindo-se de compreensibilidade. Em geral, os dados analisados nessa



pesquisa podem ajudar aos usuários da informação para uma melhor avaliação e interpretação das evidências destacadas nessa pesquisa.

Em busca de uma maior compreensibilidade nas informações, recomenda-se para estudos posteriores no que diz respeito ao aperfeiçoamento da divulgação da informação, uma análise sobre as empresas que compõem a Big Four, as características de seus pareceres, a forma de trabalho das mesmas, entre outros pontos.

## REFERÊNCIAS

ALBERTON, L. and Marquart, A. Parecer de Auditoria das Companhias Listadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BOVESPA: Uma Análise das Ressalvas, Ênfases e Empresas de Auditoria entre os Anos de 2004 e 2007. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 8 n. 23), pp.43-55. 2009 Disponível em:

<<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1301/1301>>. Acesso em 02 de agosto de 2017.

ALMEIDA, Karla Katiuscia Nóbrega de. **Uma análise crítica dos pareceres dos auditores independentes sobre demonstrações contábeis de empresas brasileiras**. 2006. 125 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)-Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós- Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília/UFPB/UFPE/UFRN, João Pessoa, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/3449>> Acesso em: 25 de junho de 2017.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcante. **Auditoria – Um Curso Moderno e Complexo**, 6ª ed. São Paulo, Atlas, 2003

BATISTA, Cleibson Gonçalves. **O impacto dos pareceres de auditoria na variação do preço (retorno) das ações preferenciais das empresas listadas na Bovespa**. 2009. 138 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - FECAP - Faculdade Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2009. Disponível em:

<<http://www.congressosp.fipecafi.org/anais/artigos102010/163.pdf>> Acesso em 29 de julho de 2017.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm)> Acesso em 30 de junho de 2017.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm)> Acesso em: 28 de junho de 2017.

BRASIL. Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a Legislação Tributária Federal Relativa ao Parcelamento Ordinário de Débitos Tributários, Concede remissão nos casos em que específica, institui Regime Tributário de Transição. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111941.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111941.htm)> Acesso em: 01 de julho de 2017.

**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIS (CVM).** Disponível em:

<http://www.cvm.gov.br/> Acesso em 10 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_.Instrução nº 308/99, de 14 mai. 1999. Dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores imobiliários, define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes. Disponível em:

<<http://sistemas.cvm.gov.br/port/snc/inst308.asp>> Acesso em 12 de julho de 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC nº. 820/97.**

Aprova a NBC T 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis com alterações e dá outras providências. 17 dez. 1997. Disponível em:

<[http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=1997/000820](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1997/000820)>. Acesso em 30 de Junho de 2017

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC nº. 1.231/09.**

Aprova a NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis. 4 de dez. 2009 Disponível em:

<[http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2009/001231](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001231)>. Acesso em 30 de Junho de 2017

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil Teoria e Prática**, 9ª ed. São Paulo, Atlas, 2013

CUNHA, Paulo Roberto da; BAUREN, Ilse Maria; PEREIRA, Eliangela. Análise dos pareceres de auditoria das demonstrações contábeis de empresas de Santa Catarina na Comissão de Valores Mobiliários. **Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 3, n.4, p. 44-65, Out/Dez/2009.

DAMASCENA, Luzivalda Guedes; FIRMINO, José Emerson; PAULO, Edilson. - Estudo sobre os Pareceres de Auditoria: Análise dos Parágrafos de Ênfase e Ressalvas Constantes nas Demonstrações Contábeis das Companhias Listadas na BOVESPA - **Revista Contabilidade Vista & Revista**, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 125-154, abr./jun. 2011. Disponível em:  
<<http://www.redalyc.org/html/1970/197021376006/>> Acesso em 15 de julho de 2017

DE ALMEIDA, Karla Katiúscia Nóbrega. Parecer dos Auditores Independentes sobre Demonstrações contábeis: uma análise crítica da sua compreensão e utilidade. In: **18º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE**. 2008. Disponível em:  
<[http://congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos\\_1/155.pdf](http://congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos_1/155.pdf)> Acesso em: 30 de junho de 2017.

DUTRA, Marcelo Haendchen; ALBERTON, Luiz; BORNIA, Antonio Cezar. Sobre o “Parecer da Auditoria Independente” emitido no Brasil: uma reflexão. **Revista Brasileira de Contabilidade**, [S.l.], n. 176, p. 54-71, abr. 2012. ISSN 2526-8414. Disponível em:  
<<http://www.rbcdigital.org.br/index.php/rbc/article/view/846>>. Acesso em: 31 jul. 2017

Economia da Região Nordeste – **Revista Toda Matéria**. 2011. Disponível em:  
<<https://www.todamateria.com.br/economia-da-regiao-nordeste/>> Acesso em: 01 de julho de 2017.

GOMES, E. D.; ARAÚJO, A. F. de; BARBOZA, R. J. Auditoria: alguns aspectos a respeito de sua origem. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Contábeis – FAEG/FAEF**. v. 7, n. 13, mai. 2009. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/1449196-Auditoria-alguns-aspectos-a-respeito-de-sua-origem.html>>. Acesso em: 04 de julho de 2017.

GUEDES, Antonio Carlos dos Santos. **O parecer da auditoria independente antecipa a necessidade de republicação das demonstrações contábeis?** Dissertação de Mestrado apresentada ao Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa da Escola Brasileira de

Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. 80 f Tese (Doutorado) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro 2008. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11034>> Acesso em: 29 de junho de 2017.

MARQUART, André; ALBERTON, Luiz. Parecer de auditoria das companhias listadas no nível 1 de Governança Corporativa da BOVESPA: uma análise das ressalvas, ênfases e empresas de auditoria entre os anos de 2004 e 2007. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2008. Disponível em:

<<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1301>> Acesso em: 18 de julho de 2017.

MENDES, Jéssica Aparecida; MARTINS, Vidigal Fernandes. **Normas Internacionais de Auditoria no Brasil: Uma Análise do Nível de Entendimento das Normas do Relatório dos Auditores Pelos Profissionais que atuam na Área** – Revista de Administração v.12 n. 22 p. 67-85 Dez. 2014 Disponível em:

<<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadeadm/article/view/1171>> Acesso em 15 de julho de 2017

MOTTA, J. M. **Auditoria: princípios e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1988.

PENA, Rodolfo F. Alves. "**Fronteira Agrícola do Brasil**"; *Brasil Escola*. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/fronteira-agricola-brasil.htm>>. Acesso em 01 de agosto de 2017.

PINHEIRO, Geraldo José; CUNHA, Luíz Roberto Silva. **A Importância da Auditoria na Detecção de Fraudes**. Contab. Vista & Rev. Belo Horizonte, v. 14 n. 1 p. 31-48 Abr. 2003 Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT10092013161656.pdf>> Acesso em 11 de julho de 2017.

SANTOS, Edson Carlos dos; PEREIRA, Anísio Candido. O Parecer dos Auditores Independentes sobre Demonstrações Contábeis: uma abordagem sobre o parecer-padrão, atualmente em vigor no Brasil. - **Revista Administração On Line – FECAP**, v 5 n. 3, pp 26-38 jul/ago/set, 2004. Disponível em: <[http://www.fecap.br/adm\\_online/art0503/art5033.pdf](http://www.fecap.br/adm_online/art0503/art5033.pdf)> Acesso em: 31 de julho de 2017.

SILVA, AHIRAM CARDOSO et al. Avaliação do desempenho de setores econômicos brasileiros: uma abordagem quantitativa. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2007. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1569>> Acesso em 25 de junho de 2017.

STUDZINSKI, Paulo Roberto. **Caracterização dos Relatórios de Auditoria das Maiores Companhias listadas na BM&FBOVESPA**. 2014. 62 f. Projeto de Pesquisa apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em MBA em Auditoria Integral. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/46798>> Acesso em: 12 de julho de 2017.

VELOZO, Erica Jann et al. Concentração de Firmas de Auditoria: Atuação das Big Four no Cenário Empresarial Brasileiro. **Pensar Contábil**, v. 15, n. 60, 2014. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/1984>> Acesso em: 02 de julho de 2017.